



Espacialidade da economia solidária no Brasil

Francisco Fransualdo Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
ffazevedo@gmail.com

Maria Àngels Alió
Universidad de Barcelona
angelsalio@gmail.com

Rafael Pereira da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
rafaelsilva.geo@gmail.com

Espacialidade da economia solidária no Brasil (Resumo)

Em escala global tem se observado o surgimento de novas formas de organização social e política de camadas sociais populares, as quais buscam apontar para outra lógica de reprodução social e econômica, a exemplo de movimentos como as economias sociais e solidárias. No Brasil a Economia solidária, não é um fato recente, apesar do novo status que esta assume após sua institucionalização e reconhecimento pelos órgãos oficiais, particularmente na primeira década do século XXI. Partindo desta constatação o presente artigo tem como objetivo analisar a representatividade e espacialidade da economia solidária no Brasil nas últimas décadas. Para cumprimento deste objetivo fez-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de uma profunda coleta em sistema de dados junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária, os quais estão apresentados na forma de quadros e mapas. As análises feitas evidenciam que no Brasil existem 19.7098 empreendimentos econômicos solidários, estes distribuídos de forma heterogênea no território nacional, concentrando-se nas regiões Sul e Nordeste. Quanto à localização há um predomínio de empreendimentos nas áreas rurais, realidade diretamente associada à preponderância no número de agricultores familiares vinculados a empreendimentos econômicos solidários, particularmente na região Nordeste do país.

Palavras-chave: economia solidária; estabelecimentos econômicos solidários; Brasil.

Spatiality of the solidary economy in Brazil (Abstract)

The emergence of new forms of social organization of the poorer sectors of societies has been noted all over the globe. These new arrangements pursue an alternative logic of social and economic

Recibido: 10 de octubre de 2015

Devuelto para revisión: 20 de octubre de 2015

Aceptado: 15 de noviembre de 2015

reproduction, such as social and solidary economy movements. In Brazil, solidary economy is not a new idea, but it gained a new and more important status after its institutionalization and recognition by official bodies, particularly in the first decade of this century. Following from that, this article aims to analyze the representativeness and spatiality of solidary economy in Brazil in the recent decades. In order to achieve this objective, a literature review on the topic was conducted as well as a large data collection in the National Secretary of Solidary Economy database, which are presented in tables and maps. The analysis shows that in Brazil there are 19.7098 solidary economic undertakings, which are heterogeneously distributed throughout the country, mostly concentrated in the South and Northeastern regions. Undertakings are predominantly located in rural areas, which can be explained by the presence of small-scale family-based farmers linked to solidary economy enterprises, particularly in the northeastern region of the country.

Key words: solidary economy; solidary economic establishments; Brazil.

Espacialidad de la economía solidaria en Brasil (Resumen)

A la escala mundial se ha observado la aparición de nuevas formas de organización social y política de capas sociales populares, que apuntan a otra lógica de la reproducción social y económica, a ejemplo de movimientos como la economía social y solidaria. En Brasil, la economía solidaria, no es un fenómeno reciente, a pesar del nuevo estado que ésta asume después de su institucionalización y reconocimiento por parte de los organismos oficiales, sobre todo en la primera década de este siglo. Para superar esto, el presente artículo tiene como objetivo analizar la representatividad y la espacialidad de la economía solidaria en Brasil. Partiendo de esta constatación este artículo tiene como objetivo analizar la representatividad y la espacialidad de la economía solidaria en Brasil en las últimas décadas. Para lograr este objetivo se realizó una revisión de la literatura sobre el tema, además de una recopilación de datos y en el sistema de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria, que se presentan en forma de cuadros y mapas. Los análisis realizados muestran que en Brasil hay 19.7098 empresas económicas solidarias, estos distribuidos de forma heterogénea en el país, centrándose en las regiones Sur y Noreste. En cuanto a su ubicación, hay un predominio de éstas empresas en las zonas rurales, realidad directamente asociada a la preponderancia del número de familias de agricultores, vinculados a las empresas de economía solidaria particularmente en la región Noreste del país.

Palabras clave: economía solidaria; establecimientos económicos solidarios; Brasil.

A República Federativa do Brasil apresenta uma extensão territorial de 8.515.767.049 km² e uma população total de 202.033.670 habitantes. No ano de 2013 o país apresentou um produto interno bruto de 2,246 trilhões de dólares, o que sinaliza para a dinamicidade da economia brasileira, todavia se ressalta que dada a sua vasta extensão territorial, associada às particularidades de seu processo de formação socioespacial, esse território tem sido historicamente marcado por muitas desigualdades sociais, econômicas e espaciais¹.

As desigualdades socioespaciais ampliaram-se no Brasil nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, período no qual se iniciam os processos de modernização da economia nacional, principalmente a despeito do processo de renovação das materialidades existentes no território brasileiro. Tais processos caracterizam-se por ocorrerem de forma seletiva espacialmente, privilegiando desse modo áreas específicas do

¹ O texto ora apresentado é uma versão ampliada de algumas ideias que se trataram parcialmente no artigo “Outra maneira de controle do espaço. O poder das economias sociais e solidárias no território brasileiro”, publicado nas Actas do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2014.

território nacional; ademais esses se mostram anacrônicos, uma vez que os eventos e os vetores da modernização não incidem sobre todas as áreas ao mesmo tempo e na mesma intensidade, contribuindo assim para diferenciações nos níveis técnicos presentes nas diferentes porções do território brasileiro; essa modernização mostra-se conservadora do ponto de vista social, na medida em que historicamente tem contribuído para a legitimação do status quo das elites dominantes, especialmente quando esta é detentora dos meios privados de produção².

No Brasil, o processo de modernização da economia e das estruturas produtivas, principalmente aquelas diretamente vinculadas ao setor agrícola, desencadeia-se a partir da tríade anteriormente descrita, favorecendo desse modo a ocorrência da fusão entre o capital financeiro e a agricultura³, o processo de industrialização no campo e a especialização de algumas porções do território brasileiro na produção de *commodities*, a exemplo da Soja, cana-de-açúcar, café e laranja. No revés desse processo tem-se a precarização e a difusão do trabalho assalariado no campo, a formulação de políticas que normatizam o processamento de alimentos, sem levar em consideração as especificidades dos lugares ou a realidade dos agricultores, não obstante a manutenção das áreas destinadas à prática da agricultura familiar.

Nas áreas rurais, a organização sociopolítica dos agricultores familiares, tem se dado sobremaneira através das associações e cooperativas agrícolas, as quais em sua maioria organizam-se adotando como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação igualitária e a autogestão. Neste trabalho tais formas de organização serão compreendidas como organizações não hegemônicas, as quais se configuram como contra-rationais ao modelo socioeconômico vigente no período histórico atual.

Sobre tal forma de organização sociopolítica, alertamos que esta não deve ser vista como via única para a resolução dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares do Brasil ou de qualquer outro país, tampouco para os agentes econômicos não hegemônicos, pois esta é tão somente mais uma possibilidade de organização social e política desses. No entanto, este movimento pode ser considerado com um diferencial, figurando-se como uma possibilidade de emancipação destes sujeitos sociais, e, portanto uma via alternativa de transformação social.

Estruturalmente o texto divide-se em três partes, uma na qual se apresenta uma sucinta discussão teórica sobre as economias sociais e solidárias, e outra onde se discute o processo de emergência e institucionalização da Economia Solidária no Brasil, e por fim examina-se a espacialidade e representatividade dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional.

Economias sociais e solidárias: uma contextualização

A economia solidária configura-se como uma “uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos”⁴. Partindo deste entendimento assevera-se que “a economia

² Denise Elias, 2006

³ Guilherme Delgado, 1985

⁴ SENAES, 2007, p. 22.

solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”⁵.

Na prática a implementação de projetos econômicos solidários podem abarcar um conjunto de atividades econômicas realizadas solidariamente por agentes e sujeitos sociais que atuam de forma coletiva, cooperada e autogestionária abrangendo uma diversidade de práticas econômicas e formas de organização social, dentre as quais se destacam as cooperativas, associações, redes de cooperação, complexos cooperativos, grupos informais, dentre outros⁶.

Estudos revelam que são três as diferenças essenciais entre os empreendimentos econômicos solidários e as empresas de natureza eminentemente capitalista: o trabalho cooperado e solidário, a autogestão e a forma como se lida com o dinheiro, de modo particular com a repartição das sobras⁷.

No tocante as estratégias de desenvolvimento e organização do trabalho, vale ressaltar que nos empreendimentos econômicos solidários não deve haver uma separação rígida ou inflexível entre o trabalho, enquanto ação produtora de bens materiais consumíveis, a posse, e o direito de uso dos meios de produção, que devem ser prioritariamente de forma coletiva⁸. Nesse sentido, “trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela”⁹.

A segunda característica dos estabelecimentos econômicos solidários é o princípio da autogestão, forma de organização social, política e coletiva, marcada pelo direito de participação igualitária, legítima, ativa e efetiva nas discussões sobre as questões operacionais, organizacionais e financeiras da associação ou cooperativa¹⁰. Tal fundamento rompe com os mecanismos da administração clássica, fortemente marcados pela centralização das funções administrativas e gerenciais, hierarquia nas relações sociais e de trabalho e concentração de poder na gestão superior das empresas, nas quais a “personificação” do poder acentua as relações de subordinação e dependência entre os “chefes” – membros do corpo administrativo das firmas, e “seus encarregados” – trabalhadores assalariados, desprovidos dos meios privados de produção¹¹.

Ao se analisar a dinâmica de funcionamento e gestão do empreendimento econômico solidário é preciso clareza de que não há uma oposição nítida entre trabalhadores cooperados e dirigentes dos empreendimentos, pois todos os dirigentes de associações ou cooperativas são trabalhadores e todos os trabalhadores, não diretamente vinculados à diretoria formal dos empreendimentos, possuem igual direito de opinar na tomada de decisões¹². Partindo desta

⁵ Paul Singer, 2002, p.10.

⁶ SENAES, 2006.

⁷ Ainda que admitamos os elementos apontados pela SENAES (2006) para caracterização e análise dos empreendimentos econômicos solidários, dentre os quais destaca-se a autogestão, a cooperação, democracia, solidariedade, respeito a natureza e valorização da dignidade do trabalho humano. Neste trabalho adotaremos as características elencadas por Paul Singer (2002) em sua obra “Introdução a economia solidária”.

⁸ Anderson Cornelian, 2006.

⁹ Paul Singer, 2002, p. 83.

¹⁰ Anderson Cornelian, 2006.

¹¹ SENAES, 2007.

¹² Anderson Cornelian, 2006.

compreensão apreende-se que o princípio da igualdade entre os sujeitos, é um elemento essencial na constituição dos empreendimentos econômicos solidários.

A terceira característica primordial de um empreendimento econômico solidário diz respeito a forma de obtenção e gestão do dinheiro, pois na economia solidária, não há obtenção de lucro, mas sim a conquista das sobras, as quais resultam da comercialização dos bens produzidos individual ou coletivamente pelos sujeitos sociais que integram os empreendimentos econômicos solidários¹³. Tais sobras no caso das associações e cooperativas devem ser repartidas de forma igualitária ou proporcionalmente entre os trabalhadores cooperados.

Ainda no que se refere à gestão e divisão das sobras, é importante salientar que parte destas devem ser direcionadas a realização de investimentos nas atividades produtivas desenvolvidas pela cooperativa ou associação¹⁴. Nesse contexto é essencial esclarecer que esta parcela das sobras destinada ao reinvestimento na atividade produtiva e manutenção dos bens coletivos integra uma espécie de “fundo indivisível” o qual pertence ao coletivo do empreendimento econômico solidário, não podendo ser acessado de forma individual pelos agentes e sujeitos cooperados, independentemente de seu nível de participação na gestão da cooperativa ou associação¹⁵.

No Brasil tal como evidenciado na figura 1, as sobras obtidas pelos empreendimentos econômicos solidários tem se destinado, sobretudo a constituição de reservas para a realização de investimentos, composição de reservas para sanar eventuais problemas e para a distribuição igualitária entre os sócios participantes das associações, cooperativas e informais que adotam a economia solidária como princípio de organização e funcionamento.

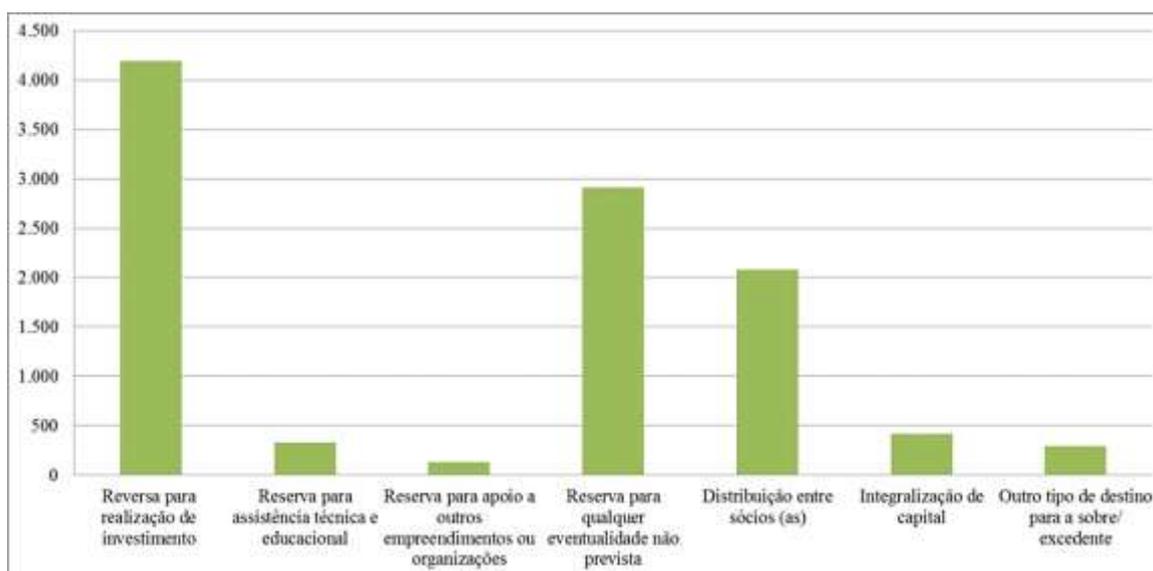


Figura 1. Brasil: Destinação das sobras obtidas pelos empreendimentos econômicos solidários, 2012
Fonte: SIES/SENAES, 2013.

¹³ Paul Singer, 2002.

¹⁴ Paul Singer, 2002.

¹⁵ Paul Singer, 2002.

A partir do exposto, nota-se que a economia solidária se constitui numa forma de organização social, econômica e política, a qual com os seus princípios, bases e valores (quadro 1), contrapõem-se aos ditames impostos pelo sistema capitalista, o qual se caracteriza dentre outros aspectos, pela superexploração da força de trabalho, estímulo à competitividade e ao consumo,

Quadro 1
Princípios, bases e valores da Economia solidária

PRINCIPIOS	BASES	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autogestão ▪ Democracia ▪ Cooperação ▪ Processos horizontais ▪ Valorização da diversidade ▪ Emancipação ▪ Valorização do saber local ▪ Valorização da aprendizagem ▪ Justiça social na produção ▪ Mercado Justo ▪ Cuidado com o meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adesão livre e voluntária ▪ Gestão democrática e participativa ▪ Participação econômica dos sócios ▪ Autonomia e independência (princípio da Gestão Social) ▪ Educação, capacitação e informação. ▪ Intercooperação ▪ Compromisso com a comunidade ▪ Trabalha com as sobras (não com lucros) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajuda mútua ▪ Responsabilidade mútua ▪ Democracia ▪ Igualdade ▪ Equidade e Solidariedade. ▪ Honestidade ▪ Transparência ▪ Responsabilidade social

Fonte: Organização dos autores com base nas leituras de SINGER (2002, 2011), CORAGGIO (2002) e SENAES (2006, 2007).

Esse conjunto de princípios, bases e valores, tornam a economia solidária, uma alternativa para o desenvolvimento social, sobretudo por possibilitar a união das pessoas em torno de um propósito comum, a partir do empoderamento coletivo, por conseguinte permite a integração destas à vida econômica do presente. Contudo,

“La Economía Social no puede ser para los pobres, sino que debe ser una propuesta para todos los ciudadanos que además se asegura de lograr la inclusión de los pobres, de los excluidos. No se trata de hacer que “aguanten” hasta que se reactive la economía y el empleo, porque no se van a reactivar al punto de reintegrar a los hoy excluidos, al menos no en varias décadas y, mientras tanto, las pérdidas de vidas humanas biológicas sociales e intelectuales serán irrecuperables”¹⁶

Apesar de não fetichizada como uma espécie de economia dos pobres, esta se constitui numa possibilidade de geração de renda e como meio que proporciona melhores condições de vida para os sujeitos e grupos sociais que historicamente foram vitimados pela desigualdade social, marginalização econômica e ditames do modelo de sociedade atual. A partir destas reflexões adverte-se aqui que a economia solidária, ou as economias sociais, não devem se constituir em um mero agrupamento de excluídos, mas devem ser entendidas como um mecanismo de enfrentamento das perversidades sistêmicas (re)criadas cotidianamente pelas dinâmicas da economia globalizada.

Contemporaneamente, a atuação das empresas e, por outro lado, dos empreendimentos econômicos solidários tem sido sumariamente afetada pelas dinâmicas da economia globalizada, ainda que tal como anteriormente destacado a economia solidária constitui-se numa contracorrente a este movimento contraditório, que embora buscando a homogeneização dos processos produtivos e hábitos de consumo, acaba por reforçar as

¹⁶ José Luis Corragio, 2002, p.4.

heterogeneidades existentes no âmago desses processos e as singularidades inatas a cada forma de organização social.

Nesse sentido, a atuação das empresas e dos estabelecimentos de economia solidária tem suas ações marcadas por lógicas territoriais distintas, uma vez que agentes hegemônicos – grandes empresas e corporações – terão seus funcionamentos pautados em lógicas verticais, regidos por normas e eventos ditados a partir de movimentos macroeconômicos, muitas vezes alheios à realidade local. Já os empreendimentos econômicos solidários serão sempre caracterizados pelo desenvolvimento de relações ancoradas na ideia de proximidade e contiguidades espaciais, não obstante ao fato de terem seus mecanismos de atuação condicionados por lógicas próprias do lugar e inerentes a forma de organização sociopolítica dos agentes sociais, às vezes em escala mais ampla.

As verticalidades são “pontos no espaço, que embora separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”¹⁷. De modo geral a emergência das verticalidades no período histórico atual tem sido impulsionada pela difusão dos sistemas técnicos e informacionais, os quais têm corroborado para a efetivação de fenômenos como a simultaneidade dos eventos e a convergência dos momentos, ambos de suma importância para as instituições financeiras e empresas inseridas nas dinâmicas da economia globalizada¹⁸.

Paralelamente a atuação dos agentes hegemônicos da economia tem-se a articulação de ações dos agentes não hegemônicos, os quais são marcados em seu cotidiano pelo firmamento de relações de proximidade entre os sujeitos e por contiguidades espaciais. Estas se constituem em horizontalidades, as quais se caracterizam como “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”¹⁹. Nesse sentido ressalta-se que o trabalho desenvolvido pelos agentes cooperados de um empreendimento econômico solidário, será majoritariamente definido, a partir das dinâmicas próprias dos lugares e das necessidades reais da sociedade local.

Nessa perspectiva é válido ressaltar que a reprodução dos empreendimentos econômicos solidários depende em certa medida das relações de proximidade e confiança que se estabelecem entre os agentes cooperados de uma mesma associação ou cooperativa, bem como da forma como estas se relacionam com as suas instituições parceiras²⁰.

Em sua maioria os empreendimentos econômicos solidários buscam estabelecer parcerias que visam à cooperação mútua entre as distintas associações e cooperativas, os quais objetivam o bem comum e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Tal realidade sinaliza para a ocorrência de solidariedades orgânicas, as quais visam à permanência, união e fortalecimento dos agentes não hegemônicos²¹. Antagonicamente as relações estabelecidas entre os agentes hegemônicos, sejam elas com as demais empresas, Estado ou instituições financeiras, terão como princípio a solidariedade organizacional, a qual pauta-se no desenvolvimento de ações hierárquicas, dependentes de dispositivos técnicos modernos e que objetivam em última instância a ampliação na margem de lucro das empresas²².

¹⁷ Milton Santos, 2009, p.284.

¹⁸ Milton Santos, 2010.

¹⁹ Milton Santos, 2009, p.284.

²⁰ José Luis Corragio, 2002.

²¹ Milton Santos, 2009.

²² Milton Santos, 2009.

Nesse sentido, as solidariedades organizacionais não representam o espaço banal e nem revelam todos os usos do território, ainda que sinalizem para a lógica e dinamicidade de atuação dos agentes hegemônicos²³. Esta forma de organização das empresas e atividades produtivas predominam no “espaço econômico”, definido a partir da atuação dos agentes financeiros mundiais, opostamente a solidariedade orgânica, presente em todo o espaço – espaço banal, uma vez que esta permeia o conjunto das relações desenvolvidas pelos diversos agentes econômicos e grupos sociais em diferentes escalas de atuação²⁴.

Não obstante tais distinções conceituais, no plano do real as ações empreendidas pelas firmas e empresas, bem como pelas associações e cooperativas vinculadas a economia solidaria, estão imbricadas, muitas vezes complementando-se dentro de um mesmo circuito espacial de produção, sobretudo nos circuitos espaciais produtivos agrícolas, nos quais as etapas da pré-produção ou da produção propriamente dita, ocorrem sobremaneira em estabelecimentos da agricultura familiar, a exemplo do setor de laticínios e da produção de hortifrutigranjeiros.

Não raros são os casos em que as associações e cooperativas de trabalhadores rurais são responsáveis também pelo processamento de gêneros alimentícios, a exemplo do setor de laticínios e processamento de frutas, gêneros esses que têm o seu beneficiamento realizado tanto em plantas industriais como em unidades artesanais ou semi-industriais, tendo como princípios norteadores os da economia solidaria.

Os estabelecimentos econômicos solidários participam de alguns circuitos espaciais produtivos, como círculos de cooperação, articulando distintos agentes e etapas do processo produtivo, a exemplo do circuito espacial de produção de laticínios e o circuito espacial de produção de frutas de sequeiro, os quais estabelecem vínculos de solidariedade e reciprocidade de modo a assegurar a reprodução de determinados agentes de ambos os circuitos.

A partir desta diversidade de formas de atuação, bem como de possibilidades de especializações produtivas os empreendimentos econômicos solidários, têm se constituído como importantes elementos quando se busca compreender os usos do território e as dinâmicas socioeconômicas vigentes no espaço geográfico brasileiro.

A Economia Solidária no Brasil: experiências diversas e institucionalização

A economia solidária no Brasil se efetivou enquanto forma de organização sociopolítica e tema central de um conjunto de políticas públicas e ações governamentais, num contexto de mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas, estas últimas impulsionadas pela implantação do neoliberalismo como paradigma econômico e elemento redefinidor das relações entre o Estado e o capital, sendo essa nova articulação caracterizada pela minimização do poder do Estado na regulação da produção econômica do país.

Outro importante evento ocorrido neste contexto foi à abertura comercial do país, a qual se fez perceber de forma mais efetiva na década de 1990 com a política neoliberal, e dentre outros eventos com a criação do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, bloco econômico

²³ Telma Bataliotti Galli, 2008.

²⁴ Telma Bataliotti Galli, 2008.

composto por países latino-americanos²⁵, instituído como uma estratégia para garantir a integração econômica regional, sobre a égide da mundialização do capital²⁶. Do ponto de vista das relações sociais de produção, este foi um momento marcado pela ampliação das desigualdades socioespaciais, precarização das relações de trabalho, sobretudo na indústria, e pela consolidação do desemprego estrutural, no campo e na cidade.

Sobre o contexto no qual a Economia Solidária se constitui como forma de organização social, econômica e política, a qual congrega milhares de trabalhadores em diversas áreas do território brasileiro é importante destacar que esta

“ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos/as trabalhadores/as e comunidades pobres mobilizadas socialmente frente a crise provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas as sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto a Economia Solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos trabalhadores/as e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório.”²⁷

No atenuante ao seu processo de institucionalização, a economia solidária, só torna-se pauta efetiva das políticas do Estado brasileiro no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), sobretudo com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 24 de Junho de 2003²⁸. Tal secretaria está vinculada até hoje ao Ministério do Trabalho e Emprego, tendo suas ações direcionadas a ampliação das possibilidades de geração de renda, inclusão e promoção do desenvolvimento social e econômico²⁹.

Dentre as principais ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária encontra-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FEBS, assim como do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, ambas ocorridas no ano de 2003. É válido destacar que a atuação da referida secretaria é marcada ainda por uma dimensão normativa, na medida em que este órgão vem paulatinamente incentivando a adoção de uma legislação que assegure aos sujeitos que integram os empreendimentos econômicos solidários, de modo particular as cooperativas, “o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação do trabalho”³⁰.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária “inclui as principais agências de fomento da Economia Solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Gestores em Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país”³¹.

²⁵ São países membros do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela. Tal bloco econômico conta ainda com um conjunto de países associados, sejam eles: Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Chile – MERCOSUL, 2015.

²⁶ Francisco Fransualdo de Azevedo, 2012.

²⁷ Valmor Schiochet, 2011, p. 443-444.

²⁸ Maurício Sardá de Faria e Fábio Sanchez, 2011.

²⁹ Paul Singer, 2011.

³⁰ Paul Singer, 2011, p. 410-411.

³¹ Paul Singer, 2011, p. 409.

A Política Nacional de Economia Solidária, aprovada no ano de 2012³², caracteriza-se como transversal e intersetorial, já que a formulação e execução de muitas das ações propostas nesta política, só se efetivam por meio da cooperação institucional entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e outros ministérios e secretarias, dentre os quais se destacam o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério das Cidades³³.

Ainda que se reconheça que as políticas e programas vinculados ao fortalecimento de práticas econômicas solidárias tenham ganhado visibilidade e repercussão após a criação da Secretaria Nacional de Economia solidária, é preciso reconhecer que,

“As iniciativas de apoio a Economia Solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre (RS), Belém (PA), Santo André (SP) e, posteriormente, Recife (PE) e São Paulo (SP), que podem ser consideradas as mais emblemáticas, sendo o governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais.”³⁴

Estas iniciativas de incentivo a Economia Solidária, no âmbito dos governos estaduais e municipais, ou mesmo em nível de governo federal não emergem como ações de livre iniciativa dos governos, antes resultam da pressão exercida pelos movimentos sociais, os quais historicamente buscam dar visibilidade aos anseios sociais dos cidadãos imersos na pobreza e marginalidade³⁵. Merecem destaque no interior desse processo as ações empreendidas pelos movimentos de luta pela terra e reforma agrária, movimentos populares urbanos e movimentos sindicais.

No tocante as ações do movimento de luta pela terra e reforma agrária no intuito de incentivar a disseminação e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no espaço agrário brasileiro, merece destaque a criação da: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Crocrab (1992), Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda. – Cresol (1995) e da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes (1995)³⁶.

Os movimentos populares urbanos também adotaram em suas ações um conjunto de mecanismos e formas de organizações pautadas nos princípios basilares da economia solidária, dentre elas a criação de associações e cooperativas. Na base estruturante desse movimento pode-se mencionar a adoção de práxis do trabalho auto gestor, sobretudo pelo(a): Movimento Nacional de Luta pela Moradia, União Nacional por Moradia Popular, Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável³⁷. Sobre os reflexos da adoção dos princípios da Economia Solidária neste movimento social, cabe mencionar experiências tidas como pioneiras e exitosas, sejam elas a constituição das cooperativas habitacionais, ainda durante a década de 1980 e/ou a criação do Conjunto Palmares – Banco Palmas (1997)³⁸.

³² O projeto de Lei 4685/12, institui a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária e cria o Fundo Nacional de Economia Solidária – FNAES.

³³ Maurício Sardá de Faria e Fábio Sanchez, 2011.

³⁴ Sandra Faé Praxedes, 2012, p. 446.

³⁵ Ao se fazer uso do termo marginalidade não se está fazendo alusão à ação criminosa ou infratora, mas sim a forma como os sujeitos inserem-se nos processos econômicos e dinâmicas da sociedade.

³⁶ Valmor Schiochet, 2012.

³⁷ Valmor Schiochet, 2012.

³⁸ Valmor Schiochet, 2012.

No Brasil é notória a incorporação dos princípios da Economia Solidária, enquanto estratégia de atuação dos movimentos sindicais, maiormente por aqueles que desenvolvem ações em escala nacional, a exemplo da Central Única dos trabalhadores – CUT³⁹. Resulta dessa relação sinuosa entre o movimento sindical e a Economia Solidária a criação da: Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT (1990), Associação Nacional de Empresas de Autogestão – Anteag (1994), assim como da associação União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil – Unisol (2000)⁴⁰.

Ao se analisar os desdobramentos iniciais desta nova concepção de produção econômica e organização social, verifica-se que “70% dos empreendimentos solidários foram criados entre a década de 1990 e o ano de 2005”⁴¹. Vários desses emergiram como uma alternativa aos graves problemas socioeconômicos e espaciais que afetavam as camadas mais pobres da população brasileira, estes figurando como reflexos diretos dos processos de “desindustrialização, desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, o aumento da informalidade do trabalho e mudanças nas formas de empregabilidade dos trabalhadores”⁴².

A representatividade da economia social e solidária no território brasileiro

De acordo com dados oficiais recentes existem no Brasil 19.708⁴³ empreendimentos econômicos solidários, localizados em 2.790⁴⁴ municípios, o que evidencia a presença de estabelecimentos desta natureza em 50,14% dos municípios brasileiros⁴⁵. Nota-se que 40,8% dos empreendimentos econômicos solidários estão concentrados no Nordeste, região com o maior número de estabelecimentos dessa natureza no país, sendo seguida respectivamente pelas regiões Sul (16,7%), Sudeste (16,38%), Norte (15,87%) e Centro-oeste (10,25%). Todavia é válido ressaltar que conforme demonstrado na figura 2, a distribuição espacial dos empreendimentos econômicos solidários no território brasileiro não ocorre de forma homogênea ou uniforme, sendo possível se verificar a existência de áreas mais densas, marcadas pela concentração destes empreendimentos econômicos, e outras rarefeitas, nas quais estes não se fazem perceber com tanta notoriedade, não sendo raros os casos de municípios onde inexistem empreendimentos econômicos solidários.

Ao se analisar a distribuição espacial dos empreendimentos econômicos solidários, é preciso que se tenha a clareza que mediante a escassez e a exclusão social que delineiam e retroalimentam as complexas dinâmicas e estruturas socioespaciais do território nacional, a população busca organizar-se sociopoliticamente de modo a resistir às condições impostas por um sistema econômico que exclui e marginaliza contingentes expressivos de indivíduos.

No que se refere estritamente à localização geográfica dos empreendimentos econômicos solidários, merecem destaque respectivamente: na região Nordeste os estados do Ceará (1.449), Rio Grande do Norte (1.158), Pernambuco (1.503) e Bahia (1.452); na região Sudeste os estados de Minas Gerais (1.188) e São Paulo (1.167); na região Norte o estado do Pará

³⁹ Valmor Schiochet, 2012.

⁴⁰ Valmor Schiochet, 2012.

⁴¹ Nildo Aparecido de Melo, 2013, p. 99.

⁴² Nildo Aparecido de Melo, 2013, p. 99.

⁴³ SIES/SENAES, 2013.

⁴⁴ SIES/SENAES, 2013.

⁴⁵ SIES/SENAES, 2013.

(1.358); e na região Sul o estado do Rio Grande do Sul (1.696), unidade da federação com o maior número de empreendimentos econômicos solidários do país⁴⁶.

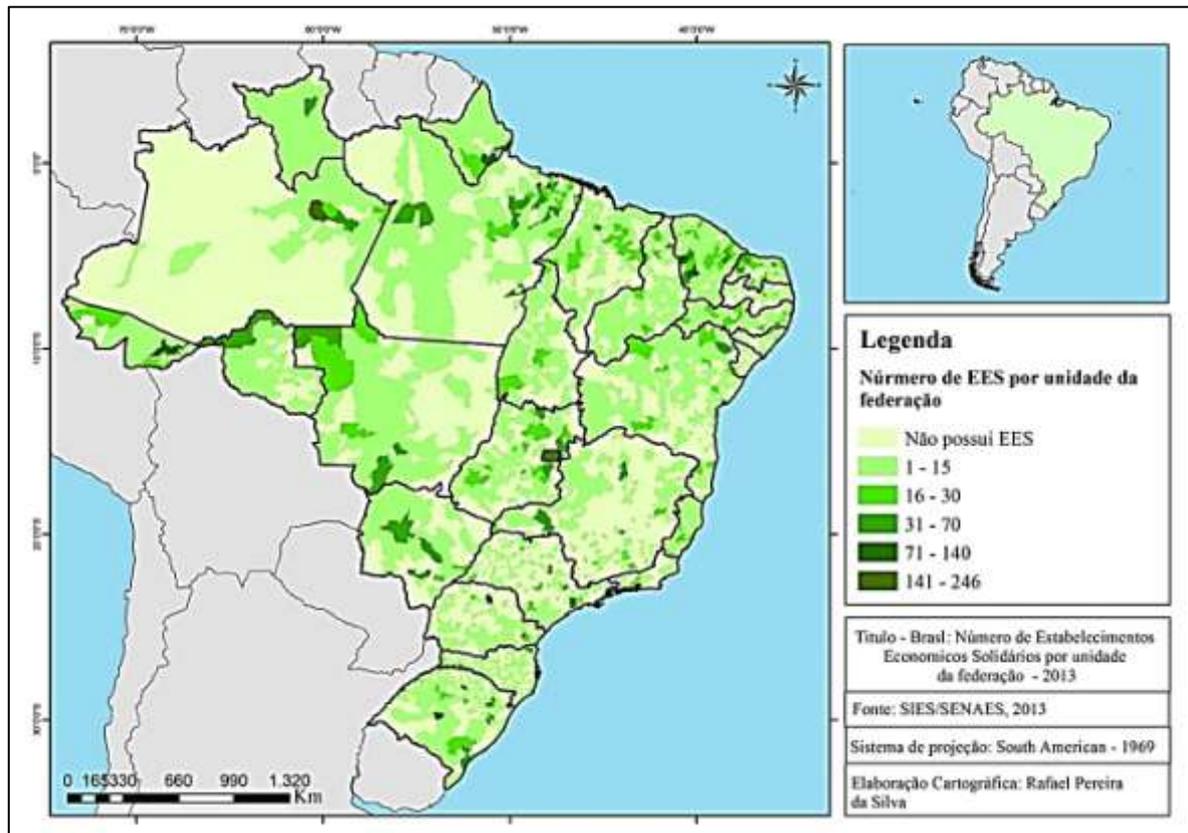


Figura 2. Brasil: Distribuição espacial dos empreendimentos econômicos solidários, 2013.

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

Quanto a sua distribuição espacial e área de atuação, os empreendimentos econômicos solidários, são agrupados em urbanos, rurais ou rurais e urbanos a um só tempo. Todavia é válido ressaltar que esta classificação leva em conta, sobretudo a divisão política administrativa dos municípios, não enfatizando a natureza das atividades desenvolvidas nestes empreendimentos.

No Brasil, conforme evidenciado na figura 3, há uma concentração de empreendimentos econômicos solidários nas áreas rurais, com destaque para a região Nordeste, onde cerca de 72% dos empreendimentos localizam-se no campo. Comportamento similar é observado nas regiões Norte e Centro-Oeste. No contexto nacional a região Sudeste desponta como a única região em que há um predomínio significativo dos empreendimentos urbanos. A região Sul do país apresenta um equilíbrio no tocante à localização dos empreendimentos.

⁴⁶ SIES/SENAES, 2013 – Os números contidos entre parênteses referem-se ao número total de empreendimentos econômicos solidários presentes nos estados brasileiros destacados nominalmente.

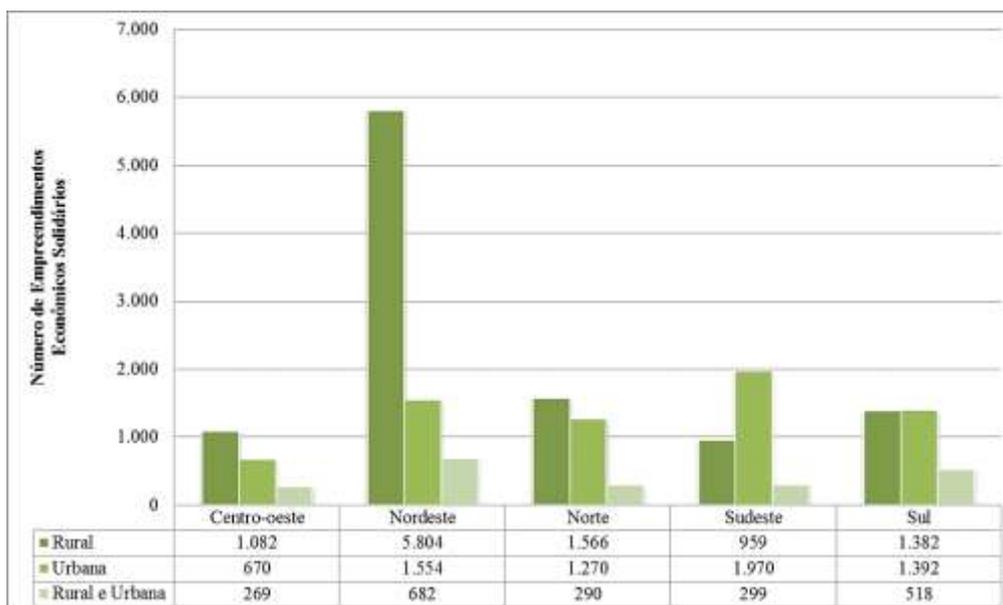


Figura 3. Brasil: Distribuição e localização dos empreendimentos econômicos solidários, 2013.
Fonte: SIES/SENAES, 2013.

No que se refere à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários podem ser classificados como: cooperativas, associações, grupos informais e sociedade mercantil. Nesta tipologia de empreendimentos destaca-se a ocorrência preponderante das associações e grupos informais, em áreas distintas do território nacional, tal como demonstrado na figura 4.

A associação é uma complexa forma de organização social que substancia e aprecia os valores da comunidade cívica organizada⁴⁷. Entende-se que enquanto uma espécie de arranjo coletivo, as associações possuem uma importância primaz, na medida em que possibilita a união de sujeitos sociais com interesses comuns, que articulados social e politicamente apresentam maior capacidade de luta pelos seus direitos e enfrentamento às adversidades sistêmicas, sobretudo, no que se refere às perversas dinâmicas da economia globalizada.

Não obstante ao exposto é preciso que se anuncie que para além dessa dimensão social, as associações possuem ainda um caráter jurídico e normativo. Assim, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”⁴⁸, todavia é importante que se ressalte que embora a obtenção de renda seja um objetivo ou atribuição legal das associações, esta é hoje uma das grandes finalidades dos membros das associações, sobretudo quando estas incentivam o desenvolvimento de atividades produtivas e viabilizam benefícios e conquistas sociais.

No Brasil, como já mencionado, as associações se constituem como uma forma de organização social e econômica que se destaca com notoriedade na região Nordeste, apresentando pujança também nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde estão presentes com maior intensidade nas áreas rurais, assumindo como principal feição as associações de trabalhadores rurais. Já nas regiões Sul e Sudeste, percebe-se uma presença marcante dos grupos informais, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo (figura 4).

⁴⁷ Robert David Putnam, 1996.

⁴⁸ Artigo 53 do Código Civil Brasileiro, 2008.

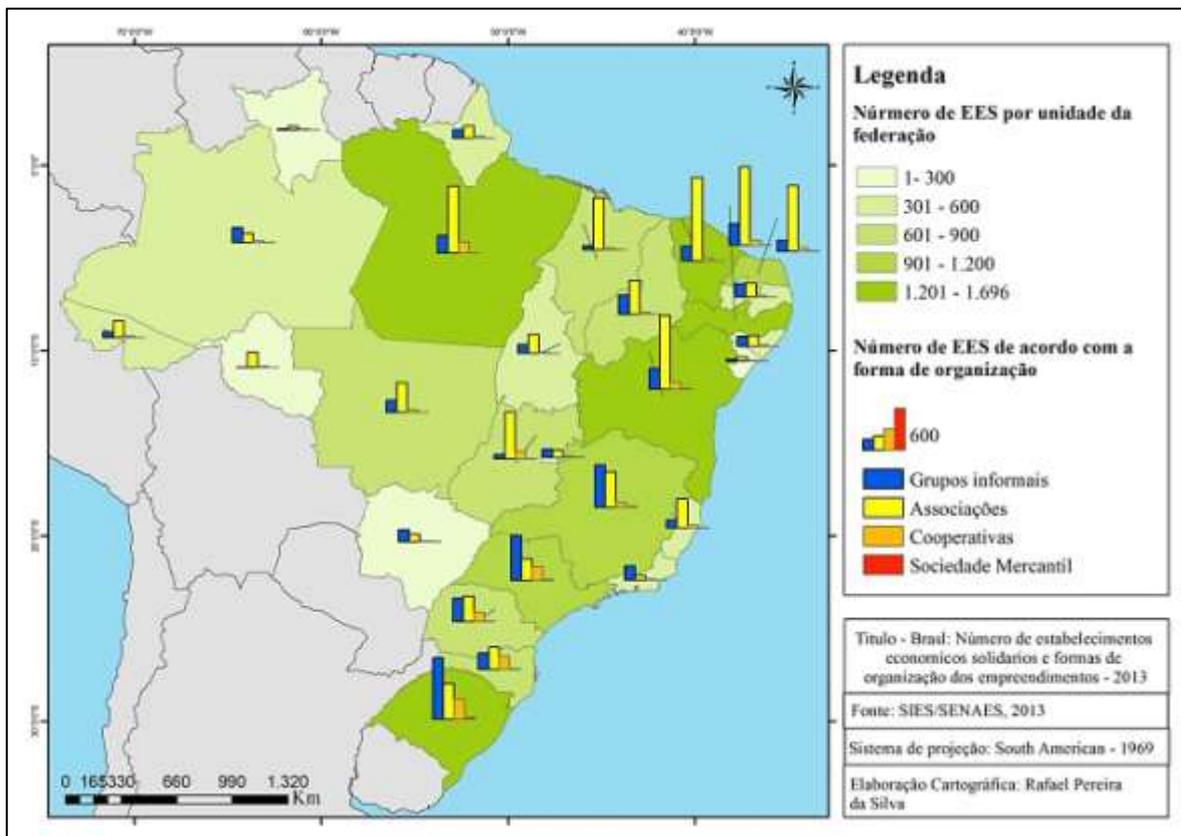


Figura 4. Brasil: Número de Empreendimentos Econômicos Solidários e formas de organização dos empreendimentos, 2013.

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

Dados disponibilizados recentemente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária revelam que existe no Brasil um total de 1.423.631⁴⁹ pessoas vinculadas a empreendimentos econômicos solidários, o que representa aproximadamente 0,70% da população brasileira, a qual é composta por 202.033.670 habitantes⁵⁰. Nesse sentido é válido destacar que a distribuição destes sujeitos, assim como dos empreendimentos solidários encontra-se demasiadamente dispersa, tal como se observa na figura 5.

A região Nordeste, assim como na análise sobre o número de empreendimentos econômicos solidários, se destaca também no número de sujeitos sociais vinculados a estes estabelecimentos, apresentando um total de 533.787 associados nesta porção do território brasileiro, seguida pelas regiões Sul (379.746), Centro-Oeste (279.352), Sudeste (119.362) e Norte (111.384)⁵¹. Nesse sentido, é importante ressaltar que na região Nordeste há um número maior de sujeitos diretamente vinculados às associações e no Sul do país um contingente mais significativo de sujeitos vinculados aos grupos informais, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul.

De modo pontual, merece atenção o número de sujeitos diretamente vinculados a empreendimentos econômicos solidários nos municípios de Chapecó no estado de Santa Catarina com 37.123 associados, Natal no estado do Rio Grande do Norte com 25.030

⁴⁹ SIES/SENAES, 2013.

⁵⁰ IBGE, 2014.

⁵¹ SIES/SENAES, 2013 – Os números contidos entre parênteses referem-se ao número total de empreendimentos econômicos solidários presentes nos estados brasileiros destacados nominalmente.

associados e Brasília, capital do país com 18.249 pessoas diretamente ligadas a empreendimentos econômicos solidários⁵².

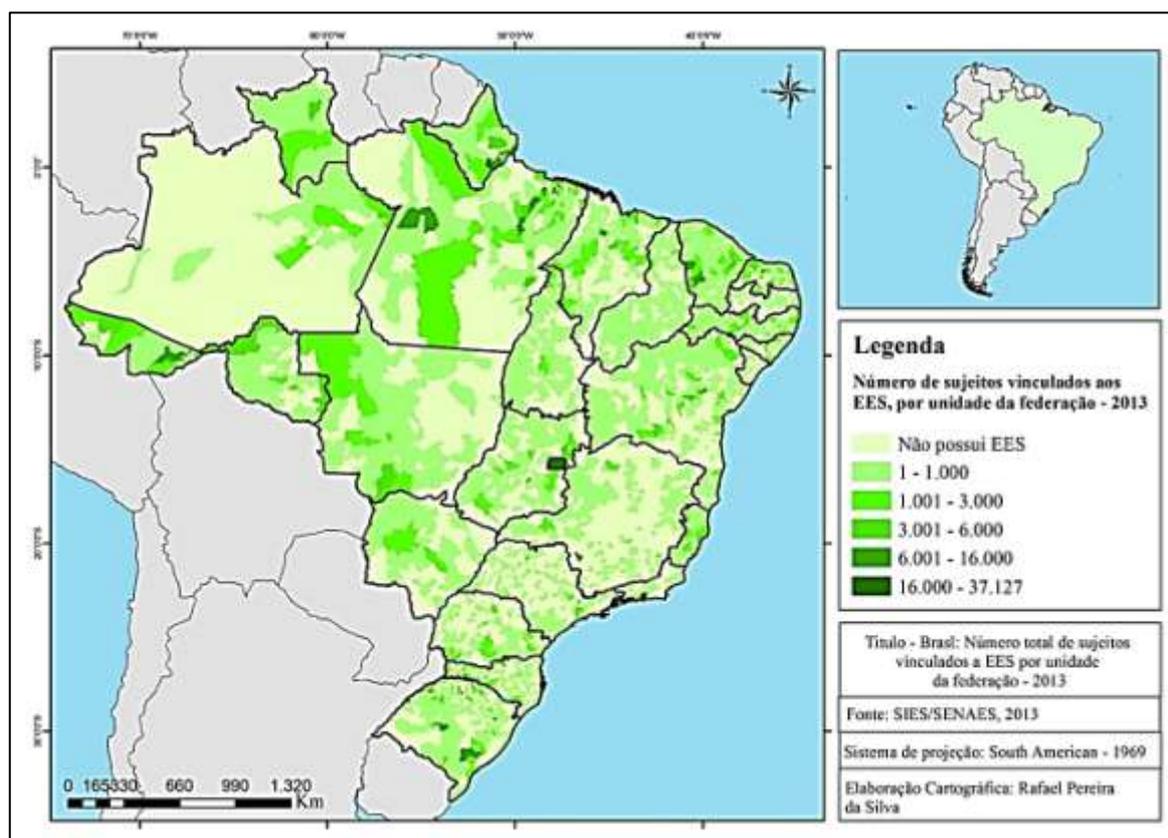


Figura 5. Brasil: Número total de sujeitos sociais vinculados aos EES por unidade da federação, 2013.

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

Quadro 2.
Brasil. Origem social dos associados vinculados a Empreendimentos Econômicos Solidários, por região do país, 2013

Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Centro-oeste	956	428	33	284	34	4	13	97	22	150
Nordeste	5.687	844	80	382	60	11	56	350	213	357
Norte	1.633	566	30	148	28	3	34	308	122	255
Sudeste	913	1.049	61	131	325	01	48	259	159	282
Sul	1.710	647	21	88	159	01	43	247	161	215

1 - Agricultores familiares

2 - Artesãos

3 - Artistas

4 - Assentados de Reforma Agrária

5 - Catadores de material reciclável

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

6 - Garimpeiros ou mineiros

7 - Técnicos ou profissionais de nível superior

8 - Trabalhadores autônomos

9 - Desempregados

10 - Não se aplica as áreas de predominância

Com relação à origem social e à área de atuação dos associados vinculados aos empreendimentos econômicos solidários, percebe-se uma considerável diversidade nas atividades desenvolvidas por estes sujeitos. Tal fato sinaliza para a presença dessa forma de

⁵² SIES/SENAES, 2013.

organização social e econômica nos diversos setores da economia brasileira, os quais estão expressivamente presentes nas unidades da federação, conforme demonstrado no quadro 2.

Ao analisar os dados do quadro 2 verifica-se que a presença de agricultores familiares nos empreendimentos econômicos solidários, destaca-se em quase todas as regiões do país, com exceção da região Sudeste onde há uma predominância dos artesãos. Nesse contexto cabe ressaltar a situação do Nordeste, onde os agricultores familiares totalizam 5.687 associados vinculados a empreendimentos de economia solidária, de modo particular em associações e cooperativas. De modo geral estes empreendimentos caracterizam-se como associações de trabalhadores rurais ou cooperativas de beneficiamento de produtos provenientes da agricultura e pecuária, a exemplo do processamento de leite e frutas.

Os produtos provenientes da agricultura familiar, produzidos e beneficiados nos empreendimentos econômicos solidários são comumente comercializados nas feiras-livres, muitas vezes pelos próprios agricultores associados a estes empreendimentos e também responsáveis pela produção. Todavia ressalta-se que este não é o único mercado no qual a comercialização destes produtos se realiza, merecendo destaque também as Centrais de Abastecimentos (CEASAS) e as feiras agroecológicas, tal como evidenciado no quadro 3.

Quadro 3.
Brasil. Principais locais de comercialização das mercadorias produzidas ou beneficiadas em Empreendimentos Econômicos Solidários, por estado do país, 2013

Região	Lojas e espaços próprios	CEASA	Feiras livres	Eventos, feiras e exposições	Feiras de economia solidária ou agroecológicas	Direto aos clientes	Outros
Centro-oeste	277	173	491	354	176	804	91
Nordeste	798	580	2084	1033	621	2030	207
Norte	798	519	1473	694	517	1009	118
Sudeste	760	315	884	873	744	949	68
Sul	575	301	869	595	510	1026	155

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

Sobre a importância das feiras livres para a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, e de modo mais específico para aqueles produzidos ou beneficiados em associações ou cooperativas que em seu funcionamento adotam os princípios da economia solidária, é primaz destacar que estas

“são uma racionalidade paralela, isto é, outra racionalidade, e se caracterizam por agregar os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias, através de múltiplas racionalidades. Logo, as feiras, consideradas um evento socioespacial tradicional, ocorrem muitas vezes em áreas menos modernas e opacas, irracionais aos usos hegemônicos, tornando-se, assim, uma alternativa de racionalidade, indispensável a sobrevivência dos agentes que dela participam”⁵³.

Por fim destacamos ainda a existência de uma divisão de gênero na composição dos empreendimentos econômicos solidários, havendo uma predominância de sujeitos do sexo masculino nesses estabelecimentos, presentes em todas as regiões do Brasil, especialmente na

⁵³ Francisco Fransualdo de Azevedo e Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, 2013.

região Sul, onde o número de associados do sexo masculino é de aproximadamente 93% a mais que o número de membros do sexo feminino, tal como apresentado na figura 6.

Nesse contexto é pertinente destacar a existência de empreendimentos econômicos solidários ou de organizações sociais nas quais se adota os princípios da economia solidária, valorizando especificamente a organização de sujeitos sociais do sexo feminino, a exemplo do Centro Feminista 8 de Março (CF-8), localizado na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Nesse dado o Nordeste também se destaca em termos de representatividade, seguido da região Sul.

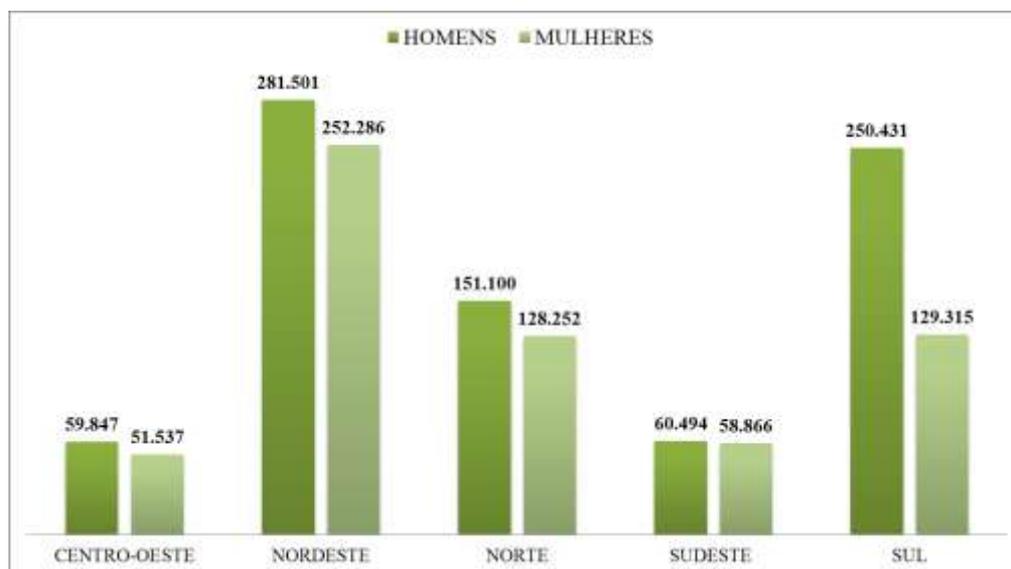


Figura 6. Brasil: Número total de sujeitos sociais vinculados a EES por sexo nas unidades da federação, 2013.

Fonte: SIES/SENAES, 2013.

Feitas estas considerações sobre a representatividade e espacialidade da economia solidária no território brasileiro, cabe lembrar que esta forma de organização social e econômica tem sido considerada como um importante vetor de desenvolvimento para a população pobre do Brasil, no entanto, é preciso cuidado para que não se incorra no erro de acreditar que esta é a “fórmula” para a superação de todos os problemas e crises sociais e econômicas que atingem a população brasileira.

Não restam dúvidas de que a economia solidária é uma importante alternativa para o desenvolvimento social que se espera para a sociedade brasileira e que o êxito na implementação dos empreendimentos econômicos solidários depende de vários fatores, tais como: incentivo do poder público local, organização sociopolítica dos filiados/cooperados, capacidade de articulação entre os diversos empreendimentos existentes nos municípios, estados e regiões, capacidade de gerenciamento dos conflitos internos do movimento e do enfrentamento e resistência aos ditames impostos pelo modo de produção capitalista, o qual se mantém retroalimenta as vicissitudes desse modelo de sociedade que se fortalece e se propaga na contemporaneidade, tendo suas bases ancoradas nas premissas do consumo e da individualidade. Nessa conjuntura assevera-se que outro modo de produção e modelo de sociedade é possível, e a economia solidária sem dúvidas se apresenta como um dos caminhos em direção a mudança almejada por muitos.

Considerações finais

A modernização da economia brasileira, ancorada fortemente nos princípios desenvolvimentistas, afetou de forma significativa as estruturas sociais do país, seja no campo ou na cidade. Nesse contexto, em ambos os subespaços emergiram atividades produtivas e formas de organização econômica que priorizaram e priorizam até hoje os detentores do capital, em detrimento dos homens simples, possuidores da força de trabalho e expropriados dos meios privados de produção.

Dado o processo crescente de exclusão social, ao qual estavam submetidos esses sujeitos sociais, a economia solidária enquanto forma de organização social, econômica e política emerge como uma alternativa para a geração de renda e emancipação social das famílias e sujeitos participantes dos empreendimentos econômicos solidários.

Do ponto de vista social, a economia solidária tem se constituído em uma forma alternativa de organização dos trabalhadores, a qual tem apresentado desdobramentos sobre as relações sociais de produção, na medida em que prima pela construção de relações pautadas na autonomia dos sujeitos, nas relações de cooperação, na valorização dos saberes populares locais e na autogestão democrática e participava dos empreendimentos, o que contribui para a minimização da dependência e subordinação desses sujeitos sociais perante às intencionalidades e verticalidades do sistema capitalista.

No que concerne à dimensão econômica no âmbito da economia solidária, é essencial destacar que para os estabelecimentos econômicos solidários, a reprodução ampliada do capital e a sua acumulação/concentração não é nem o meio, tampouco o fim das atividades desenvolvidas. Os empreendimentos econômicos solidários não buscam auferir lucros, mas trabalham e valorizam as sobras, as quais contribuem para a composição da renda familiar dos agentes vinculados aos empreendimentos desta natureza. Nesse sentido destaca-se que a premissa essencial desta forma de organização se pauta na produção e na comercialização por meio de um mercado justo, o qual possibilite a reprodução social dos agentes cooperados e de seus núcleos familiares.

A economia solidária apresenta ainda uma natureza política, na medida em que impulsiona a efetivação de relações sociais pautadas na descentralização do poder e na igualdade de direitos entre os sujeitos sociais. Pode parecer simples, mas este conjunto de diretrizes pode em longo prazo desencadear transformações significativas na forma como os homens simples que vivem os tempos lentos se relacionam com os demais sujeitos e grupos sociais, podendo levá-los paulatinamente a uma reflexão sobre a forma como se inserem nas dinâmicas do sistema mundo, a partir da realidade de seus lugares.

No Brasil, embora em tempos passados fosse possível se observar a ocorrência de organizações sociais ancoradas nestas diretrizes e princípios, a exemplo das ligas camponesas, comunidades quilombolas e indígenas, assim como nas associações de trabalhadores rurais e cooperativas de naturezas e composições distintas, é recente a expansão e difusão dos empreendimentos econômicos solidários em várias porções do território nacional, os quais com suas racionalidades no que se refere à organização, produção e estratégias de atuação vêm contribuindo para redefinições nos usos do território brasileiro.

Dados oficiais revelam a existência de 19.708 empreendimentos econômicos solidários, dos quais mais da metade estão concentrados nas regiões Nordeste e Sul, com a diferença de que

na primeira predomina a presença das associações, enquanto no Sul a forma de organização mais recorrente diz respeito aos grupos informais. Em todo o território nacional estes empreendimentos congregam 1.423.631 trabalhadores cooperados/associados, em estabelecimentos localizados nas áreas urbanas ou rurais, ainda que estejam presentes de forma mais intensa nestas últimas⁵⁴.

É pertinente destacar que as áreas de concentração dos estabelecimentos econômicos solidários coincidem com as porções do território nacional que apresentam maior representatividade da agricultura familiar, sejam elas as regiões Nordeste e Sul do país. Todavia é preciso frisar que estas são também áreas de expansão do agronegócio, o qual tem assumido complexas dinâmicas e feições na região Sul a partir da produção de grãos, com destaque para a soja, se intensificando nas últimas décadas em outras regiões, como é o caso do Nordeste, haja vista a produção de grãos de soja nos estados da Bahia e do Maranhão, cana-de-açúcar, sobretudo no estado de Alagoas, e a produção de frutas tropicais irrigadas em alguns subespaços regionais, a exemplo do Vale do Assú, no estado do Rio Grande do Norte, Vale do Jaguaribe no estado do Ceará e Vale do São Francisco nos estados de Pernambuco e Bahia.

Tal realidade evidencia o quão complexo é o conjunto de relações que se estabelece no interior dos circuitos espaciais de produção, os quais muitas vezes congregam a um só tempo e no mesmo recorte espacial, agentes hegemônicos e não-hegemônicos, cada um destes com papéis específicos e definidos, bem como imbuídos de mecanismos particulares de uso do território e de controle do espaço.

Aqui se entende a economia solidária como um movimento e uma contra racionalidade ao modo de produção e organização econômica vigente em escala global. No entanto, adverte-se que a compreensão desta primeira só é possível a partir do estabelecimento de suas relações com as demais estruturas econômicas, sociais e produtivas vigentes nas múltiplas escalas que perpassam do global ao local.

É importante que se compreenda a economia solidária como uma alternativa de organização e sobrevivência dos sujeitos explorados historicamente pelas perversas lógicas e estruturas do sistema capitalista, ou seja, uma contraposição a esta racionalidade, embora não seja a única solução para os problemas sociais e econômicos que acometem os homens pobres e lentos, no campo e na cidade, no Brasil e no mundo.

Bibliografía

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (62). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-62.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona:

⁵⁴ SIES/SENAES, 2013.

Universidad de Barcelona, 15 de enero de 2013, Vol. XVIII, nº 1009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Código Civil (2002). *Código civil brasileiro e legislação correlata*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. *A concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Campus de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo: Araraquara, 2006.

CORRAGIO, José Luis. *La economía social como vía para otro desarrollo social*. Documento preparado para el lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de Economía Social” en URBARED, Red de Políticas sociales 2002. Disponível em <www.top.org.ar/publicac.htm>. Acesso em 02 de Abril de 2014.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1865-1985*. São Paulo: Icones editora LTDA. 1985.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

FARIA, Maurício Sardá de; SANCHEZ, Fábio. A economia solidária no governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In BENNI, Édi. Augusto *et all. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume I. São Paulo: Outras expressões, 2011.

GALLI, Telma Batalioti. Novos usos do território brasileiro à luz do período e a constituição de novas fronteiras. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocritica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.<<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/87.htm>>. Acesso em 03 de Abril de 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Países*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acesso em 25 de Janeiro de 2015.

MELO, Nildo Aparecido de. *Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. *Saiba mais sobre o MERCOSUL*. 2015. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em 05 de março de 2015.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de Economia Solidária: novas propostas, novas metodologias. In BENNI, Édi. Augusto *et all. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume II. São Paulo: Outras expressões, 2012.

PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHIOCHET, Valmor. Da democracia a autogestão: Economia Solidária no Brasil. In BENNI, Édi. Augusto *et all. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume II. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas públicas de Economia Solidária: elementos para a agenda de uma nova rede de proteção social. In BENNI, Édi. Augusto *et all. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume I. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. *Economia Solidária, outra economia acontece: Cartilha da campanha nacional de mobilização social*. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – SENAES*. 2013. Brasília. Disponível em: <sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no governo federal. In BENNI, Édi. Augusto *et all. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume I. São Paulo: Outras expressões, 2011.

© Copyright Francisco Fransualdo Azevedo, 2016.

© Copyright Maria Àngels Alió, 2016.

© Copyright Rafael Pereira da Silva, 2016.

© Copyright *Biblio3W*, 2016.

Ficha bibliográfica:

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; ALIÓ, Maria Àngels; SILVA, Rafael Pereira da. Espacialidade da economia solidária no Brasil. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de enero de 2016, Vol. XXI, nº 1.148. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1148.pdf>>. [ISSN 1138-9796].